

Editorial

SENADO

É hora de mudar para sobreviver

O SENADOR Renan Calheiros não esperou pelo julgamento. Ao contrário, depois de seis meses e 10 dias de suplício, renunciou à presidência do Congresso e do Senado esperando contar com a piedade dos companheiros e escapar ileso do processo de cassação do mandato. Já havia se livrado do primeiro, quando era acusado de usar dinheiro de um lobista para pagar despesas pessoais. Na época, sentado na cadeira mais alta do plenário azul, usou e abusou do cargo, das prerrogativas e do poder para se beneficiar. No processo, levou a Casa à descrença, à agonia e ao repúdio da população.

Tirou a primeira licença logo depois, num processo de desgaste político lento e sob o abandono dos seus pares. Renovou-a até a renúncia de ontem, bem antes do prazo que terminaria em 29 de dezembro. Apresentou a própria defesa no terceiro processo (o segundo, acusado de agenciar um acordo entre uma cervejaria e empresa de seu irmão deputado, foi arquivado). Negou, com veemência, números e relatos de uma disputa paroquial de poder em seu Estado natal, Alagoas, em que foi denunciado por se tornar sócio do usineiro João Lyra, ao arrepio da lei e com o uso de *laranjas*, de duas emissoras de rádio e um jornal. O senador Jefferson Péres, do PDT do Amazonas, relator do processo, concluiu por sua condenação. O relatório foi aprovado no Conselho de Ética e passou sem problemas pela Comissão de Constituição e Justiça.

No intervalo entre o primeiro e o segundo julgamento, o Senado esforçou-se para se penitenciar. Renovou o regimento para transformar de secreta em aberta a sessão de votação. O voto manteve-se secreto. A emenda de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira desembarcou no Senado depois de passar por dois turnos de votação na Câmara.

Disposto a tudo para aprovar a CPMF e assegurar a entrada de R\$ 40 bilhões nos cofres públicos em 2008, o governo negociou com os deputados, nomeou apadrinhados, liberou milhões em emendas parlamentares. Mergulhou também os senadores no comércio de cargos e emendas, e ainda se esforça para cooptar aliados entre os tucanos e dissidentes do PMDB, especialmente.

Com Renan relegado ao ostracismo, ainda abrigado na residência oficial do presidente do Senado, os parlamentares voltaram a afundar no atoleiro do toma-lá-dá-cá e no joguinho do quem tem a maioria. O Planalto, neste vaivém, não tem como assegurar hoje votos suficientes para sair vitorioso na empreitada do imposto do cheque. A oposição, idem. Os governistas entraram em plenário ontem dispostos a salvar um voto pró-CPMF.

O Senado será julgado pela votação de ontem do caso Renan e pela decisão sobre a CPMF

Tucanos e democratas dividiam-se.

O quadro beneficiava Renan. E o painel confirmou: 48 votos a favor da cassação, 29 votos contrários, 3 abstenções. Renan perdeu o poder, mas salvou o mandato. Livrou-se da penalidade de ficar 15 anos distante da vida pública. Mantém-se na política, um parlamentar de Alagoas. Agora, resta escolher o novo presidente e decidir sobre o futuro da contribuição que atazana a classe média, o faturamento dos empresários e esvazia a mesa dos mais carentes, embutida nos preços dos alimentos, roupas, transporte.

O Senado será julgado ao fim de ambos os processos. Não são casos isolados. Complementam-se. E vão formar o painel que os condenará – ou absolverá – no futuro.